

1 Introdução

Essa pesquisa surge de uma inquietação que teve origem em uma de minhas frequentes caminhadas pelo centro de Duque de Caxias, onde comecei a perceber que novas formas emergiam, destoando do restante da paisagem. Talvez, para a população, de modo geral, tal fenômeno tenha passado despercebido, no entanto, eu, tendo o espaço como categoria de análise e utilizando-me de um olhar geográfico não pude deixar de atentar para o que ali estava ocorrendo. Surge então minha necessidade de ir além das formas a fim de compreender o movimento contraditório que dá sentido à produção (social) do espaço.

Um dia, caminhando pela Avenida Leonel Brizola, em Duque de Caxias, observei a instalação de uma nova filial das Lojas Americanas¹ em uma área com uma paisagem dominada por pequenos comércios. Incomodou-me o fato de já existir uma loja desse porte a poucas ruas de distância, no Calçadão² de Duque de Caxias.

Observando o entorno percebi outra loja de grande porte - a *Leader Magazine*. A impressão imediata era que esses empreendimentos não seriam viáveis para a região, pelo fato de já existir ambas as Lojas (Lojas americanas e Leader Magazine) bem próximas aos novos empreendimentos, ou seja, haveria, *a priori*, maior concorrência entre ambas e com o comércio varejista local. Essas mudanças me deixaram inquieto, estava claro que tal transformação denunciava algo, na medida em que concentrava um modelo de comércio que poderia destruir o pequeno comércio.

Coloquei-me então a buscar informações sobre essa mudança nessa parte do centro de Duque de Caxias e, para minha surpresa, essa mudança revelava uma importante informação. No muro de um velho estacionamento havia escrita a seguinte frase: “NÃO VAI TER SHOPPING”. Procurei saber mais e descobri que estava para ser construído um grande shopping naquele lugar. A partir daí comecei a participar das reuniões do FORAS (Fórum de Oposição e Resistência ao Shopping), o que acabou orientando o método aqui proposto: a pesquisa-participante, pois fui militante ativo dos movimentos estudantis e

¹ Aquela que compõe as grandes redes do varejo e que tem filiais em grandes centros comerciais de áreas nobres e grandes shoppings centers.

² Área exclusiva para pedestres cercada de lojas e galerias comerciais composta pela Avenida Nilo Peçanha, Rua Manuel Correia, Rua José de Alvarenga e Rua André Rebouças.

sindicais, fato que me estimulou a tentar aproximar a prática social da produção científica.

Nesse sentido, a minha participação no FORAS, deveu-se à característica da entidade de não ficar presa a um particularismo militante. O FORAS nasce da união de várias entidades da sociedade civil, que tem por objetivo a preservação da área para qual foi planejada para execução desse grande empreendimento, que é o Shopping. Lefebvre nos lembra da importância da sociedade organizada, que não consiste em:

Apenas grupos, classes ou frações de classes sociais capazes de iniciativas revolucionárias [mas que] podem se encarregar das, e levar até a sua plena realização, soluções para os problemas urbanos; com essas forças sociais e políticas, a cidade renovada se tornará a obra. (1993, p. 111).

Cada vez mais, o espaço e suas temporalidades em Caxias estão se modificando. Em analogia a essas modificações, mas guardada em suas devidas proporções, podemos nos remeter às descrições que Lefebvre faz sobre a Toscana. Essas intervenções no centro de Caxias fazem com que a obra seja ignorada e a cidade vá ganhando a robustez de produto, onde na verdade o que se valoriza são os que podem consumir, os que podem estar no centro (mais precisamente a área central de Duque de Caxias com suas específicas alterações sobre a realização do valor), ao mesmo tempo que ignoram a história e a cultura da cidade.

O FORAS agrega diversas entidades com características distintas, (algumas ligadas a cultura, outras à educação, outros que incluem grupos de lutas pela moradia, pelo meio ambiente, militantes que se defrontam com a questão de gênero, universidades, movimentos estudantis e sindicatos) levando a transcendência de lutas particulares, focando em pautas universais para a cidade. Eu como morador da cidade desde meu nascimento, e que vivo a cidade plenamente (embora reconheça que esta nunca possa ser vivida de forma total, pois seus movimentos são múltiplos e plurais, jamais contemplada com uma perspectiva que se fixe no nível particular), tendo estudado sempre na cidade, trabalhando na cidade e a própria militância política começando na cidade, me vi na obrigação de tentar somar forças ao movimento.

A minha entrada no movimento, acarretou em uma mudança significativa sobre minha pesquisa. A partir de agora me torno ao mesmo tempo sujeito e objeto do estudo, envolvendo aquele que pesquisa e aquele que é pesquisado no estudo do problema a ser superado. A pesquisa passa a apontar para sua autenticidade

pois o conhecimento acaba sendo produzido dentro de práticas comunitárias assim como as possíveis soluções para o movimento.

A pesquisa participante aparece como o método que melhor se encaixa, pois busca perceber a produção social do espaço em ato, visando contestar a legitimidade do poder vigente, se propondo a unir o que está disperso, o sujeito e o objeto, produção do espaço e a prática social, teoria e prática. A pesquisa reconhece que há uma estreita relação entre as ciências sociais e as intervenções na realidade. Isso leva a pensar que a ciência não deva ter um fim em si mesma, mas deva servir como um suporte na construção do conhecimento do cotidiano e, talvez, deva buscar momentos que sinalize a sua revolução, algo recorrentemente desejado por aqueles que a cidade pensaram (e alguns que ainda pensam) e a vida na sua plenitude, como Henri Lefebvre, Agnes Heller, David Harvey, entre muitos outros.

A abordagem dialética, enfatizando o contexto dos sujeitos e sua realidade a partir de uma dimensão espacial, coloca a ciência como um instrumento de questionamento e do conhecimento cotidiano. Nossa proposta elegeu a *pesquisa participante*. Nesse sentido, nos nossos encontros no FORAS partimos das necessidades emergentes do (nosso) movimento, destacando suas potencialidades e incentivando a sua autonomia, para que assim o conhecimento aponte para alguma ação transformadora. Um dos maiores desafios é falar a linguagem do movimento, evitando ser um tecnocrata detentor de todo o conhecimento.

Nossas discussões dentro do FORAS, se dão de maneira horizontal, buscando sempre que possível a presença de representantes de todas as entidades, utilizando as redes sociais como ferramenta de comunicação (Whatsapp, Facebook e o próprio site do FORAS). Dentro das reuniões, as discussões não se limitam apenas a questão do shopping. Devido ao grande número de entidades e suas múltiplas demandas as reuniões acabam discutindo diversos assuntos pertinentes à cidade, mas que acabam sendo discutidas por todo o coletivo.

O FORAS trava uma luta pela disputa do espaço. Pela cidade que queremos e não uma cidade dos negócios. Nossas estratégias de luta, se dão de duas maneiras. Uma delas é o confronto com o Estado em suas múltiplas instâncias (conselhos da cidade e ações judiciais), a outra é focada no ganho de consciência da população. A construção de uma sociedade como obra e não como produto se faz necessária, pois o homem como ser social também se tornará obra. Lefebvre (1991) aponta a ideia de que o direito à cidade é um direito inalienável à

vida, pela valorização da obra e do uso, isto só é exequível através da construção de uma análise da cidade mais voltada para um novo humanismo.

Ainda que tenham escolhido como local para a construção do shopping, justamente, a última área verde do centro do município, como pode ser visto na imagem, este receberia o nome de “Central Park”, referência a uma área verde em Nova Iorque, mas que no caso de Duque de Caxias, apenas carregaria o discurso da “modernidade”, da geração de empregos e não a questão de espaços verdes.

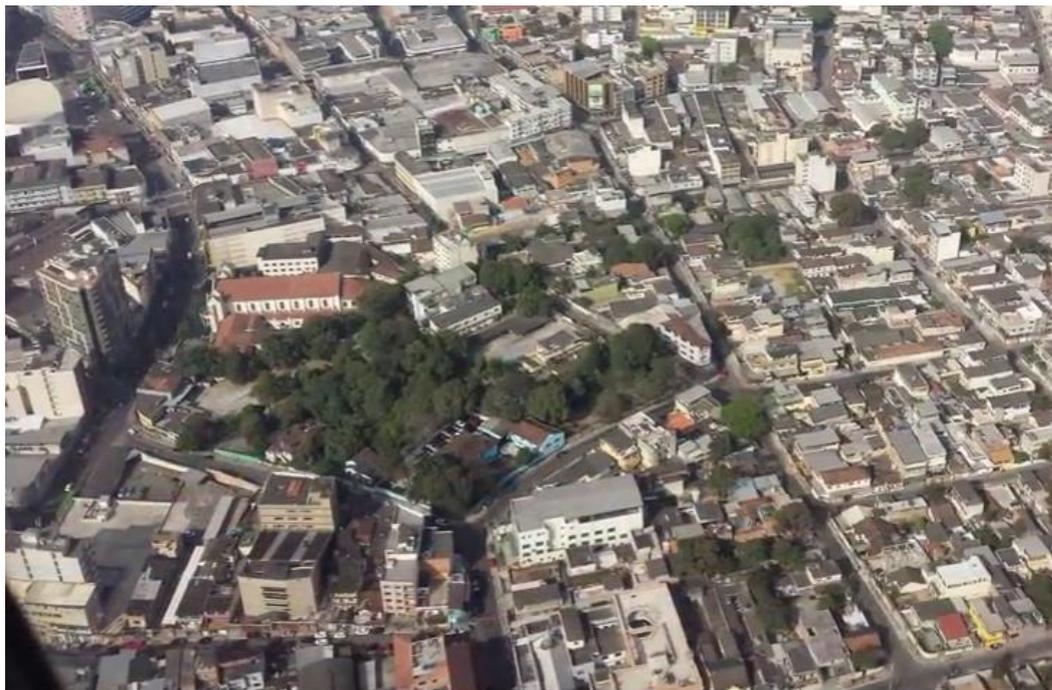


Figura 1 Foto aérea da área central do Município de Duque de Caxias

O FORAS procurou o IPPUR (instituto de pesquisa e planejamento urbano e regional) e produziu um relatório apontando os impactos da construção do shopping. O empreendimento visa ser construído em uma área de 11.718,72 m², ao lado da Catedral de Santo Antônio e da Escola Municipal Armada Álvaro Alberto. Já de imediato se percebe o grande destaque que, se consolidado, o futuro shopping teria na paisagem do lugar, sendo a forma de maior dimensão da redondeza. Numa observação mais precisa, se percebe também que, tanto a escola, como a catedral são minimizadas pelo novo empreendimento. Esse empreendimento subjuga a memória histórica e material do município de Duque de Caxias com novas formas que adquirem um sentido próprio através do mercado e que são muito bem aceitas pelos representantes do poder público. Aqui já se anuncia o conflito decorrente entre as representações pretéritas, a escola pública e a instituição religiosa (muito mais vinculadas à esfera do uso), e a

paisagem envolta ao referido shopping (sinalizando a proeminência do valor de troca).

O município de Duque de Caxias tem uma população estimada em 882.729 mil pessoas, sendo o terceiro município mais populoso do Estado do Rio de Janeiro e com um Produto interno bruto de aproximadamente 20 bilhões de reais, segundo o IBGE (2010). O município sempre teve um determinado destaque na economia brasileira, principalmente devido a presença da refinaria de petróleo da Petrobrás.

O município hoje é alvo de diversos investimentos oriundos do setor privado da economia, principalmente de atividades que estão se deslocando da área central da cidade do Rio de Janeiro. As transformações que ocorrem devido aos projetos da “cidade olímpica” modificam a dinâmica do centro, estimulando que determinadas atividades mudem sua localização. Duque de Caxias, devido as suas especificidades, se torna uma área de atração para esses empreendimentos. A forma como os objetos estão localizados na superfície terrestre é importante para poder fazer uma abordagem relacional. O espaço relacional aparece como potência para desvendar a produção social em Duque de Caxias, um município com suas singularidades, como iremos tentar abordar mais adiante no trabalho.

Por exemplo, o Moinho Fluminense da empresa Bungie, está sendo construído na Rodovia Washington Luiz, empresa essa que se localizava no centro da cidade do Rio de Janeiro, mas se desloca para abrir espaço para outros empreendimentos que o capital determinou para aquela área. Adicionemos, nessa dinâmica recente, a construção do arco metropolitano, a qual acarreta uma transformação qualitativa na dinâmica dos processos que se direcionam para o município diversos empreendimentos estão sendo direcionados para as margens dessas rodovias, mas que não se restringem a elas. Esses novos eventos levantam a suspeita de que Duque de Caxias parece emergir como fronteira de acumulação para o capital.

O centro do município, no caso o Primeiro Distrito, também parece estar entre os alvos desse processo de acumulação. A própria paisagem sinaliza esses indícios - as novas lojas, a possível construção do shopping e, mais recentemente, a construção do mercado atacadista Assaí. O papel do Estado, dentro desse processo, tem sido o de facilitar as ações dos ditos empreendedores, criando condições para que a acumulação se materialize. Em absoluto, não é o interesse do conjunto da sociedade que está sendo respeitado. As modificações que estão ocorrendo no trânsito, por exemplo, já são influenciadas por um

empreendimento que ainda não está consolidado e que através da organização dos movimentos sociais, a depender de sua força e da forma como será o combate, não será efetivado.

Convém lembrar que o capitalismo não se limita exclusivamente a produção de mercadorias móveis. Suas estratégias vão além da produção do espaço construído. Há, nesse processo, implicações espaciais, num sentido mais amplo, ligadas ao modo de produção capitalista. Para Lefebvre (1993), as forças produtivas acarretam não somente a produção das coisas, mas também daquilo que as contêm, a saber, o espaço. O capitalismo utiliza o espaço como um instrumento para conservar as relações de produção capitalistas, ou mais precisamente, reproduzi-las. Nessa construção do shopping, há evidências de que o espaço não é neutro, ele é político e ideológico.

O que queremos enfatizar, nesse momento, é que essas grandes transformações causariam perturbações sobre a relação da população de Caxias com o espaço e o tempo. Essas experiências de espaço e de tempo seriam modificadas nos deslocamentos, nas formas de amizades, nas relações sociais do cotidiano. Lefebvre aponta que: “a cotidianidade moderna se resume a uma constante programação de hábitos sempre direcionados para a produção e o consumo, produzindo uma sociedade burocrática de consumo dirigido” (LEFEBVRE, 1980, p. 47). Os espaços construídos dentro desta lógica são concebidos por uma lógica capitalista, ou seja, fragmentadores, hierarquizadores e homogeneizadores. A cidade não é vivida plenamente, porque ela é fragmentada, as evidências dessa fragmentação se apresentam através da segregação, do uso seletivo do espaço, das ações seletivas do ponto de vista urbanístico. É homogêneo, porque a troca acaba suplantando o uso, cada vez mais se vislumbra o fetiche à mercadoria. Dado que existe uma divisão entre os setores de decisão da cidade e a grande maioria que vive nela, então ela também é hierarquizada. Assim influenciando a forma de viver o espaço e o tempo na cidade.

A partir disso, podemos apontar que os shoppings, para além de uma forma arquitetônica, são representações espaciais da sociedade do consumo. Dentro de um processo de progressiva presença deste espaço construído e “novo” na realidade urbana atual, tais empreendimentos representam uma grande força de concentração de atividades terciárias num único local. Nos shoppings temos a presença abundante da mercadoria. O shopping traz consigo formas mais sofisticadas, que podem suplantam formas já existentes, que estavam cristalizadas, minando essas antigas formas de convivência durante a realização do capital.

Essa forma, também incorpora uma grande diversidade de serviços e atividades ligadas à troca, são partes integrantes do processo, tanto determinadas como determinantes da produção e do consumo, ampliando as possibilidades de acumulação ligadas ao interesse do capital, onde o vivido tem perdido sua essência.

O que está em jogo nessas transformações é a acumulação de capital, que tenta se dar custe os direitos de quem custar, inclusive passando por cima das leis e no caso de Duque de Caxias, também por cima do Plano Diretor do município. Esse capital se valoriza dentro de uma lógica homogeneizadora, rompendo com uma certa história, com objetos que já estavam colocados no espaço como por exemplo a última área verde do centro, a catedral de Santo Antônio e a Escola Municipal Armanda Álvaro Alberto. Essa valorização do capital está intrinsecamente ligada com a não existência de um direito à cidade, onde a troca prevalece sobre o uso, onde os habitantes se portam como meros espectadores. Quais seriam os resultados para o entorno caso o shopping seja construído? Essa pergunta será respondida mais a frente, mas podemos apontar que essas transformações em sua maioria serão danosas para a população do entorno.

O espaço vai muito além do que se apresenta aos nossos olhos. Existem representações do espaço que se manifestam por simulacros carregados de intencionalidades, são espaços concebidos que tentam naturalizar todas as contradições existentes no processo de produção capitalista; existe todo um processo que mascara essas complexas relações e racionaliza determinadas situações. O vivido é suprimido pelo concebido através de ações nem sempre evidentes, que são impostas por uma ideologia dominante que nos fazem acreditar naquilo que representam como real, inibindo o questionamento a sua construção enquanto tal. O geógrafo tem por ofício desconfiar do espaço, pois, ler o espaço vai muito além de percebermos sua aparência enquanto tal. Ler o espaço então é no mínimo compreendê-lo como fazendo parte de um contexto histórico-geográfico, social, político, territorial, cultural, estético e ético, além dos interesses ideológicos postos em jogo nessa ciranda espacial. O espaço deve ser analisado em suas múltiplas determinações como absoluto-relativo e relacional segundo Harvey, ou como Lefebvre trabalha através do espaço como concebido, percebido e vivido, ou como representações do espaço, espaços de representação e práticas espaciais, sem ignorar nenhum deles na análise. É preciso desconfiar e investigar o espaço com uma análise crítica levando em consideração toda complexidade que envolve a produção do mesmo. Neste trabalho para além desta análise

crítica, se busca dar condições a novas práticas espaciais que possam levar a uma mudança do real.

As novas lojas que se instalaram na região de construção do novo shopping Central Park, são evidências de um grande processo de gentrificação³ mista (negócios e pessoas) onde as modificações feitas que favoreçam a troca em detrimento do uso na área, o próprio ato de destruir um bosque para colocar um shopping no lugar aponta a necessidade de desvendar esse momento que o espaço fica vinculado a dominação, uma sobrevalorização da troca como podemos ver em:

Nesse sentido, a terra e qualquer construção que a ocupa são consideradas mercadorias de características especiais. Em primeiro lugar, o direito à propriedade privada oferece aos proprietários o controle monopolístico sobre a terra, sobre as melhorias realizadas nas construções e usos desta, apesar das regulamentações oficiais que o limitam e controlam, o mercado constitui a principal instância reguladora nas transferências de usos da terra. Em segundo lugar, embora a terra e os imóveis sejam elementos fixos, seu valor está em constante movimento. (...) E, em terceiro lugar, o prazo de retorno do capital investido nas construções e melhorias costuma ser muito longo, razão pela qual as entidades financeiras passam a ter papel fundamental no mercado da terra urbana (RIGOL, 2002, p.106. APUD GONCALVES, 2006, p.7)

A gentrificação, em medida e guardada suas especificidades para o caso de Duque de Caxias, já pode ser percebida no espaço, com essas novas lojas de grande porte e a saída de alguns pequenos comerciantes, cujas lojas serão demolidas para as obras. Nas reuniões do FORAS foi levantado que a situação ainda se agrava quando se observa que nenhum dos comerciantes foi indenizado - pelo fato das lojas serem alugadas.

Por fim, pode-se considerar que, se a “nova” configuração no espaço do Centro de Caxias for consolidada, irá mudar muito como a paisagem é sentida, percebida e vivida. Podemos apontar, nessa aproximação inicial, dois grupos que pensam esse espaço: o dos empresários, que através das novas dinâmicas conseguirão aumentar suas receitas; e a população do entorno, que já vem perdendo a qualidade do seu bem-estar durante o processo. Mas, vale ressaltar

³ “A palavra gentrificação (do inglês gentrification) pode ser entendida como o processo de mudança imobiliária, nos perfis residenciais e padrões culturais, seja de um bairro, região ou cidade. Esse processo envolve necessariamente a troca de um grupo por outro com maior poder aquisitivo em um determinado espaço e que passa a ser visto como mais qualificado que o outro” (MARTINS, 2014, p. 1).

que, o que nos interessa mais diretamente, a sociedade civil organizada está demonstrando não ficar presa ao “discurso do fim da história” que não tem como vencer o que já está considerado como dado, a partir dos discursos correntes, os quais procuram doutrinar a ideia de que não há alternativa, ou mesmo, nos momentos em que são lançados os termos do progresso e da modernidade e seus corolários para justificar o avanço de intervenções no espaço que acabam intensificando as desigualdades sociais e espaciais.

Com a intensificação do avanço do capital, o Centro de Duque de Caxias se torna uma arena de embate entre empresas representantes do capital e a população que vive no município, mesmo que uma luta silenciosa - na medida em que a maior parte da população não está a par desta disputa. A presente pesquisa procura desvelar, tomando de partida as considerações expostas acima, evidências que demonstram algum tipo de resistência por parte dos habitantes. Essa resistência (que não visa apenas resistir, mas transformar a realidade) é representada através do FORAS. E será através do olhar desse movimento que analisaremos todo o processo. A sigla FORAS também é utilizada como palavra de ordem para além da luta contra o shopping, se tornando um fora a todo e qualquer tipo de processo que possa causar impactos negativos para a vida no município.

As instituições que compõem o FORAS são de diversas frentes de lutas e ainda que tenham suas divergências se uniram e universalizaram suas lutas contra a construção do shopping. Embora parte das contradições internas permaneça, Harvey reitera: “hostilidades tradicionais entre, por exemplo, aqueles com conhecimentos técnicos, científicos e administrativos e os movimentos de agitação social têm de ser resolvidas e superadas” (HARVEY, 2011, p. 186.), o que nos lembra como a referida escola, igrejas, técnicos e diversos movimentos se unem contra um antagonista comum. O FORAS tem promovido ações políticas para a “derrubada” desse grande empreendimento, que tem por objetivo beneficiar os grandes empresários que irão lucrar com o mesmo. Diferente da população que, em sua maioria, fica presa ao senso comum de análise do espaço e aceita como discurso único o fato desse empreendimento ser um grande gerador de empregos.

Já nós, que compomos o FORAS, em nossos debates e observações verificamos que esse empreendimento poderá acabar com o pequeno comércio da região. A construção não preserva o meio ambiente, logo causará também transtornos sociais como, por exemplo, a questão da mobilidade na área central

do município que já é bem deficitária, prevalecendo à troca em detrimento do uso. A importância dessa luta é reforçada por Harvey:

Se o direito à cidade é um grito e uma exigência, então este grito só é escutado e esta exigência somente possui força se há um espaço a partir do qual e no qual este grito é audível e esta exigência, visível. No espaço público – na esquina das ruas ou nos parques, nas ruas ao longo dos tumultos e manifestações – as organizações políticas podem se representar para uma população mais ampla e essa representação confere aos gritos e demandas alguma força. Ao reivindicar o espaço público, ao criar espaços públicos, os grupos sociais tornam-se eles próprios públicos. (HARVEY, 2006, p. 36).

Um dos pontos de pauta do FORAS é também a preservação da Escola Municipal Dr. Álvaro Alberto, também conhecida como “Mate com Angu”. A escola tem um notório histórico no município, sendo ela uma das primeiras escolas da região, e a primeira a ter a ideia de servir merenda aos alunos. Além disso, inovaram na forma de ensinar, prestaram assistência às famílias e influenciaram no desenvolvimento do município. A Escola Municipal Dr. Álvaro Alberto se tornou referência na história da educação do Brasil, sendo conhecida nacionalmente e fora do país. Existe um movimento que há quase dez anos luta pela preservação da escola.

Entretanto a escola está no entorno do local que será construído o shopping e poderá ser ameaçada por essa construção. Diante disso, várias instituições pertencentes ao FORAS se uniram para a retomada de mobilizações que tem por objetivo o tombamento da escola. Dentre as medidas tomadas para sua preservação foi entregue à Secretaria Municipal de Cultura e Turismo o requerimento com dezenas de assinaturas pedindo o tombamento da escola pela prefeitura. Isto é, um Decreto municipal garantindo a proteção e preservação da escola, que, pela lei municipal teria 105 dias para ser concluído e encaminhado ao prefeito para decretar o tombamento definitivo. No entanto, isso ainda não aconteceu.

O que queremos evidenciar são as intencionalidades por trás do descaso das autoridades de Duque de Caxias, pois a Lei de Tombamento do município tem por obrigação criar uma área de proteção no entorno do bem a ser tombado. Logo, a área não pode sofrer intervenções sem estudos e autorização das autoridades competentes. A lei municipal, nº 2300/2009, de Duque de Caxias garante um entorno a serem estipulados entre 50 e 500 metros.

Mediante a essa questão os representantes do poder público tiveram como proposta, votada e aprovada no Conselho Municipal de Cultura, que só se daria

continuidade ao processo de tombamento da escola se antes fosse modificada a lei municipal de tombamento, retirando o artigo que garante uma área de proteção no entorno da escola. Essa manobra nos deixa como questões: a quem o Estado serve? Para quem as leis são feitas?

Podemos, a partir das atitudes tomadas pelas autoridades de Duque de Caxias, que não é com o cidadão caxiense que os mesmos estão preocupados e sim em seguir uma lógica de valorização do capital, e visa inibir uma verdadeira participação popular podendo gerar consequências desastrosas. Esses encaminhamentos nos mostram o princípio do espetáculo⁴, onde os cidadãos são colocados em posições de passividade dentro de um projeto que em toda sua contradição desmata a última área verde no centro do município e pretende criar um investimento, o referido shopping Central Park. O município ganha status de uma empresa, voltada apenas para os negócios, onde a desvalorização dos espaços públicos é inerente a esse processo. A responsabilidade do Estado é apenas para com os grandes empresários os quais irão gerar lucros e garantir a reprodução do capital. Em seu processo de reprodução o capital se realiza negando tudo o que é humano, daí a necessidade da busca da humanidade dos homens, restituição essa que pode ocorrer através de um desvendamento da produção social do espaço em ato.

Diante disso, nossa pesquisa tem por objetivo analisar a produção (mercadificação) do espaço pelo projeto de construção do shopping Central Park em Duque de Caxias, procurando apontar suas contradições - contribuindo assim através de uma pesquisa participante com os movimentos sociais do município que travam uma luta não apenas contra a construção do shopping, mas por um tipo de cidade.

Consideramos que a pesquisa participante busca perceber a produção social do espaço em ato, visando contestar a legitimidade do poder vigente percebendo as grafias do espaço e fazendo novas grafias. A pesquisa se propõe a unir o que está disperso, o sujeito e o objeto, a produção do espaço e a prática social, teoria e prática. Isso, necessariamente, sugere uma abordagem espacial vinculada ao materialismo histórico e dialético.

⁴ O espetáculo é a fase extrema do processo de alienação, impondo uma redução da vida humana e social à simples aparência mediada pelas novas mídias. <http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Midia/Conexoes-envenenadas-a-piracao-dos-u21Ccoisa-u21D/12/33134>

O modo dialético de abordagem, contextualiza o sujeito e sua realidade a partir de uma dimensão espacial, colocando assim a ciência como um instrumento de questionamento e do conhecimento cotidiano. É necessário colocar o conhecimento em alguma ação transformadora a qual a pesquisa participante busca potencializar, sendo esta a sua especificidade. A pesquisa busca se rebelar, se insurgir contra uma Geografia meramente contemplativa, pois existem outras Geografias possíveis e/ou práticas espaciais possíveis. Afinal fazemos Geografias ou somos feitos por elas?